

MEMÓRIA E ARQUIVO NO CASO DOS OSSOS DE BLUMENAU

Ricardo Machado*

Resumo: Através de uma série de textos publicados pela imprensa escrita na cidade de Blumenau sobre o traslado dos restos mortais e construção de um mausoléu em memória a Hermann Blumenau em 1974, busca-se problematizar as noções de memória e arquivo. Após a publicação de uma carta questionando a legitimidade da construção, há o aparecimento de uma longa polêmica que acabou envolvendo distintos setores políticos da cidade e deu visibilidade para um conjunto de transformações relacionadas a uma nova concepção de espaço urbano, seus investimentos políticos sobre o passado e suas invenções identitárias. A germanidade que foi vista como um problema de gestão para o nacionalismo getulista dos anos 1930 positivou-se nos anos 1970 através da emergência de uma noção de cultura regional, a qual passou a investir intensamente na sua relação com um passado. Assim, ao mesmo tempo em que se vivenciou um período de investimento na construção de uma cidade marcada pela memória, através da reivindicação do arquivo produziu-se dissenso a respeito do passado e, com isso, colocou em disputa as possibilidades de futuro.

Palavras-chave: Mausoléu Dr. Blumenau. Memória. Arquivo. Cidade.

Abstract: Through the notion of memory and archive, we are going to discuss a series of articles published by the press in 1974, about the remains and the construction of a mausoleum in memory of Hermann Blumenau. After a letter questioning the legitimacy of the construction, emerged a long polemic that involved distinct political sectors of the city. It was given visibility to a set of transformations related to a new conception of urban space, its politics investments in the past and the identity inventions. The germanness that was seen as a problem for the Vargas nationalism in the 1930s, were positivity in the 1970s through the emergence of a notion of regional culture, wich started to invest in their relationship with a past.

Keywords: Dr. Blumenau Mausoleum. Memory. Archive. City.

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: ricardomachado1982@gmail.com

O Mausoléu Dr. Blumenau é uma estrutura arquitetônica situada no centro da cidade de Blumenau, em Santa Catarina. Foi inaugurado em 1974, como principal monumento da cidade para celebrar o sesquicentenário da imigração alemã no Brasil. Atualmente sua arquitetura é muito próxima daquela idealizada quando da construção original: é austera, faz referência ao que passou a ser identificado como arquitetura germânica, e se mantém como um lugar de silêncio e tranquilidade.

Em seu interior, além do túmulo de Hermann Blumenau¹ e de seus familiares², há algumas fotografias que ilustram sua biografia. O destaque é dado para a carta³ onde em 1884, o colonizador teria manifestado seu desejo de ser sepultado em solo brasileiro. Mesmo situando-se integrado àquilo que passou a ser concebido como centro histórico, poucas visitas são registradas diariamente no livro de visitas do Mausoléu.

Sua tranquilidade só é quebrada anualmente, quando é celebrado o aniversário da fundação da Colônia Blumenau. Todos os anos, desde 1974, nas manhãs do dia 02 de setembro, no frontispício do mausoléu, acontece um grande rito fúnebre em memória a H. Blumenau e à imigração alemã. A exaltação desta memória reúne expressivas lideranças políticas, representantes de organizações como Lions, Rotary, lojas maçônicas e grupos folclóricos. Apesar de público, o tom oficial restringe a participação nestas celebrações àquelas personalidades, instituições e poucos moradores da cidade. Curiosamente, estes eventos lutuosos (já que terminam com a entrega de coroas de flores nos túmulos da família Blumenau), são na verdade a comemoração do aniversário da cidade. As cerimônias antecedem um grande e prestigiado desfile com muitas referências às representações do passado da cidade de Blumenau.

Sua arquitetura e seu silêncio ilustram de forma muito particular uma relação entre cultura e política desenvolvida na região, e que transformou profundamente a estrutura urbana da cidade e as subjetividades daqueles que interagem com ela. Mas há outros ruídos que não são ouvidos por aqueles que visitam o monumento e nem mesmo estão presentes nas suas incessantes celebrações. Há ruídos que só podem ser ouvidos no silêncio do arquivo. É sobre estes silêncios e ruídos que trataremos neste artigo.

Em seu *Seduzidos pela Memória*⁴, Andreas Huyssen, demonstra que nas últimas décadas vivemos em uma sociedade impactada pelo o medo do esquecimento. Isto implicou em um profundo investimento na memória nas cidades contemporâneas; investimento que passou a estar presente no cotidiano das pessoas. Convivemos com a musealização das cidades, com suas estratégias de culto de passados, produzidos e ritualizados em celebrações públicas, nos meios de comunicação, nos deslocamentos turísticos. A presença permanente em nosso vocabulário das palavras memória e patrimônio pode ser lida como um sintoma de uma nova relação com o tempo, que para Hartog,

ilustraria a formulação de um novo regime de historicidade, identificado com o presentismo.⁵ O século XX que iniciou inspirando possibilidades de futuro, terminaria suas últimas décadas buscando estabilidade no passado, na memória, no testemunho e na afirmação identitária. A partir dos anos 1970 as “raízes” entraram para o centro das reivindicações políticas, e a cultura afirma-se como um bem que deve ser resgatado, embora sempre marcado como confirmação da própria identidade. Nestes termos, vivemos em um “regime no qual certas formas, como a arte e a história, deixam de ser dispositivos de subjetivação para se tornarem meios de identificação da unidade do todo da comunidade.”⁶

Esta construção discursiva produziu efeitos significativos sobre as áreas de assentamentos de imigrantes na segunda metade do século XIX, e de maneira especial, produziu formas de interpretação sobre a região sul do Brasil. No caso do Vale do Itajaí, a etnicidade tornou-se o referente para sua afirmação política no contexto nacional. Esta afirmação étnica produziu uma concepção de desenvolvimento regional dentro da qual a diferenciação moral dos sujeitos através do que viria a ser interpretado como um *ethos* cultural desempenha um papel central. A constante do desenvolvimento e da diferenciação étnica na afirmação deste diferencial cultural baseado em valores positivados como disciplina, trabalho e tradição terá um papel proeminente nas interpretações sobre a região, veiculadas na publicidade, nas rotas turísticas, presente nos planos de governo, nas instituições de ensino e em distintos campos das ciências humanas. Neste sentido, para Voigt, “a preservação da cultura será o mecanismo político de acomodação destas populações em um consenso definitivo, igualando seu passado ao presente e ao futuro, fazendo da sua história a eterna confirmação de sua identidade.”⁷

É neste ponto que pretendíamos chegar; afinal, a “exaltação da identidade étnica funda-se em uma consagração patrimonial.”⁸ A construção do Mausoléu Dr. Blumenau, em sua materialidade, produz visibilidade a um conjunto de transformações mais gerais relacionadas a uma nova concepção de espaço urbano, com seus investimentos políticos sobre o passado e suas invenções identitárias. A germanidade que foi vista como um problema de gestão para o nacionalismo getulista dos anos 1930 positivou-se nos anos 1970 através da emergência de uma noção de cultura regional, a qual passou a investir intensamente na sua relação com um passado. Daí em diante, como alertou Jeudy, “qualquer diferença cultural se tornará aceitável somente na medida em que for musealizada”.⁹

OS OSSOS DO BLUMENAU¹⁰

Por iniciativa da prefeitura de Blumenau, em 1974 realizou-se uma ampla mobilização pelo traslado da Alemanha para o Brasil dos restos mortais de H. Blumenau, bem como pela criação de um mausoléu em sua memória, no centro da cidade que leva seu nome. No Jornal de Santa Catarina de 03 de outubro de 1974, há diversos textos e imagens dedicadas aos eventos do traslado e inauguração do mausoléu. Segundo o texto publicado no centro da página dedicada ao tema, as comemorações ocorreram ao longo do dia com a presença, além das autoridades locais, do governador do estado de Santa Catarina, Colombo Salles e do embaixador Alemão Horst Roeding. As cerimônias tiveram início com uma homenagem em frente ao monumento do imigrante.¹¹ Em seguida, fazendo uso de uma barca, um grupo de atores com vestuário alusivo ao utilizado no século XIX, subiram o rio Itajaí-Açu até o entroncamento com o Ribeirão da Velha carregando as urnas com os restos mortais de Blumenau e sua família. Debaixo de forte chuva, os atores subiram até a margem do rio, onde se incorporaram a um grande desfile até o mausoléu para realizar sua inauguração.¹² Estas celebrações produziram um conjunto de registros textuais e imagéticos que permitiram uma ampla circulação e que ilustram a importância dada a estes acontecimentos naquele período.¹³

Ainda na edição de 03 de setembro, há uma coluna intitulada *Ponto de Vista*, sem autoria definida, que informa que “os blumenauenses souberam demonstrar, ontem durante o transcurso de toda a programação alusiva a mais um aniversário da cidade, seu apego às tradições e o amor a sua terra. A chuva que insistia em cair durante toda a manhã não conseguiu tirar o entusiasmo e afastá-lo das ruas.”¹⁴ Este texto não seria incomum, não fosse sua continuação:

Como contribuição aos festejos do sesquicentenário da imigração alemã no Brasil, Blumenau soube se manter fiel ao espírito das homenagens que se prestam em todo o país aos bravos e corajosos imigrantes germânicos. Em todos os setores da comunidade ainda se guarda a sua influência e o trabalho por eles iniciado prossegue 124 anos depois. A cidade soube se portar, tributando a eles e ao seu fundador uma homenagem digna e merecida.

Os excessos antecipados que se cometeram ficam por conta do entusiasmo. Mas, mas eles foram tão poucos que a festa de ontem em Blumenau ficará guardada para sempre como uma das mais legítimas e originais homenagens eu já se prestou ao imigrante e ao serviço que ele prestou a comunidade.¹⁵

Estes excessos de que trata o jornal não são uma referência a algo ilustrado em alguma página daquela edição. Para compreender frases como “a cidade soube se portar” e “os excessos antecipados”, foi preciso retornar nas páginas do mesmo jornal e conhecer a longa polêmica através da imprensa local que percorreu os meses que antecederam a inauguração do mausoléu, envolvendo a população local e diversas instituições sociais e políticas. Tais acontecimentos encenam uma longa discussão a respeito dos investimentos em torno de sua memória, e por isso, merecem ser conhecidos no detalhe.

Ao longo dos meses que antecederam a inauguração do mausoléu em 1974, ocorreu um extenso debate nas páginas dos jornais da cidade a respeito da legitimidade dos traslado dos restos mortais de Hermann Blumenau, da Alemanha para o Brasil. Também foi objeto de questionamento construção do mausoléu onde aqueles restos seriam guardados, e que se constituiria como um monumento à memória do fundador da cidade. No dia 29 de março, uma nota anunciando o início da construção foi o estopim para uma série de artigos (somente no Jornal de Santa Catarina foram mais de trinta) debatendo o tema. No centro da polêmica, estavam o executivo municipal, na figura do prefeito Félix Theiss¹⁶, sua base aliada e oposição na Câmara de Vereadores, as lojas maçônicas da cidade, o Lions Clube e o jornalista Luiz Antonio Soares, que à época mantinha uma coluna diária assinada com o pseudônimo de Túlio Maraschino. Em paralelo, através de manifestações na coluna *Do Povo*, surgiram dezenas de cartas assinadas por moradores da região, que em alguns casos, tudo leva a crer que se valeram de pseudônimos para dar publicidade às suas manifestações.

Esta polêmica ultrapassa os limites das disputas políticas corriqueiras, pois traz a público um conjunto de posicionamentos sobre as transformações urbanas pelas quais passava a cidade. Na disputa, que envolve as noções de patrimônio e sua relação com o surgimento da então nova indústria do turismo, e ainda, a respeito das interpretações do passado. Assim, ao mesmo tempo em que se vivenciou um período de investimento na construção de uma cidade marcada pelo passado, também se produziu a possibilidade de visualizarmos os lampejos deste confronto a respeito do futuro.

O primeiro passo dessa longa discussão foi uma carta intitulada *Mausoléu para quê?*¹⁷ de um certo Jorge Bocaiúva, em reação à notícia publicada dias antes. Nela, o signatário defende que a manutenção da lápide de H. Blumenau na Alemanha já seria suficiente para produzir o “justo ufanismo em todos os seus patrícios, estreitando assim os vínculos afetivos nacionais. Mas se confirmada a translação dos seus restos mortais, extinguir-se-á uma honrosa e simpática lembrança.”¹⁸ Continua seu argumento, acrescentando que a ideia de construir um mausoléu como lugar turístico não passaria de ingenuidade. Para Bocaiúva, “um mausoléu não passa de uma sepultura enfeitada e pelo que se sabe, os

túmulos dos mortais comuns não são ainda motivo de grandes romarias. Se o Dr. Blumenau fosse um taumaturgo famoso, talvez então a coisa funcionasse. Mas, ao que consta, ele não foi nem é milagroso.”¹⁹ O preço de sua construção, em torno de 400 mil cruzeiros era visto como exorbitante para a construção de uma sepultura, “a não ser, é obvio, que o prefeito municipal pretende ser enterrado ali com todo seu secretariado. Mesmo assim, é duvidoso que tal sepultura venha se transformar em atração turística. Afinal de contas, pagode chinês é sucesso apenas no oriente.”²⁰ Em resumo, os argumentos apresentados por Jorge Bocaiúva, contrário a construção do mausoléu, convergiam para a afirmação da necessidade de obras infra-estruturais (ruas, pontes, água encanada, energia elétrica) para a cidade. Estas beneficiariam o turismo e os moradores, enquanto que a construção de um mausoléu não atrairia número significativo de turistas. Termina seu texto apelando para o bom senso da Câmara de Vereadores, que poderia impedir tal atitude vinda do executivo.

Logo após a publicação da carta de Bocaiúva, o executivo municipal reage com uma extensa nota do Serviço de Imprensa da Prefeitura de Blumenau no mesmo jornal. Na nota, o SIP faz uso da autoridade atribuída às palavras do historiador local, José Ferreira da Silva²¹, que teria dito em várias oportunidades:

Ao se executar o traslado dos restos mortais do fundador desta cidade, a homenagem que devemos prestar deve ser isenta, sob todas as formas e maneiras, de acanhamento. As honrarias devem ser vistas sob ângulo seríssimo, pois mais do que ninguém, merece o Dr. Blumenau a nossa homenagem maior, pois trata-se de uma figura que isenta de toda e qualquer vaidade, dotada de um espírito altamente nobre, labutou por um país que, afinal não era seu.²²

Em seguida, a nota reconhece que a homenagem inclui “a fixação do símbolo da maçonaria em homenagem às duas lojas maçônicas existentes em Blumenau, tendo em vista que o Dr. Hermann Bruno Otto Blumenau foi fundador da primeira loja maçônica de Blumenau, então denominada Palma da Paz.”²³ Afirma que a iniciativa da construção não partiu do prefeito, mas sim do povo, através dos clubes de serviço (Lions), e que as contestações parecem indicar a vontade de “alguns que se cave uma sepultura apenas, para jogar ali, ossos do fundador.”²⁴ Em seguida, estabelece relação entre o tema debatido e a tradição dos imigrantes:

Existem (pessoas) em Blumenau que, (esta não é a primeira vez), sempre que alguma iniciativa é tomada com vistas à exaltação das gratas tradições emanadas da velha Europa, e trazidas pelos pioneiros colonizadores e pelos que os

sucederam através das gerações na imigração, assim como tudo o que se programa em defesa do culto àqueles que, com estoicismo implantaram aqui esta maravilhosa civilização de gente generosa, trabalhadora e boa, voltam-se contra essas iniciativas, pelo simples prazer de contrariar.²⁵

O SIP segue ressaltando que o tipo de contestação exemplificado pela carta de Bocaiúva, só poderia ter partido de alguém que “talvez vivendo muitos anos em Blumenau, ainda não se integrou ao espírito comunitário maravilhoso deste povo.”²⁶ E que por isso permitiria “o desrespeito a tudo o que se relaciona com as tradições de Blumenau e os verdadeiros blumenauenses com tanto orgulho conservam e procuram enaltecer sempre dentro dessas tradições os aspectos culturais, sociais e esportivos.”²⁷ Para finalizar, a nota retoma José Ferreira da Silva, visando demarcar o sentido de atualização do passado dado ao monumento.

Neste ano do Sesquicentenário da Imigração Alemã no Brasil, quando se pretender consagrar o enaltecimento com o traslado dos restos mortais de seu fundador, para localizá-lo num mausoléu que servirá de motivo e admiração e respeito das gerações presentes e futuras, uma obra que não será luxuosa, mas austera e nobre, em atenção aos manifestos desejos do saudoso historiador José Ferreira da Silva, quando se procura trazer o passado ao presente e transferi-lo através desse monumento para as gerações futuras, uma minoria de pessoas parece não pertencer ao espírito do verdadeiro blumenauense, levanta-se com armas de ofensas e desrespeito não só à memória do fundador, destinando-lhe uma simples cova, mas à autoridade constituída procurando enxovalhar tudo, pelo simples prazer de contestar, de perturbar, de anarquizar.

Blumenau tem sobrepujado em outras oportunidades, situações dessa espécie, reagir contra os que procuram destruir aquilo que mais reflete na alma de um povo: a tradição. E não será ainda desta vez que maus intencionados superarão as boas iniciativas de seus verdadeiros filhos.²⁸

O argumento apresentado pelo executivo municipal traz à tona a urgência na construção do mausoléu, e por isso, considerava justificada sua inquestionabilidade. Já neste período, a memória começa se apresentar como algo que está permanentemente escapando. É preciso destacar as palavras do historiador José Ferreira da Silva – livremente apropriadas pelo autor da nota,

já que o historiador falecera poucos meses antes da publicação. Recorrendo à autoridade de José Ferreira, o SIP afirma esta apropriação do passado como necessidade permanente de atualização. Não se trata de um passado que passou, mas de um tempo que marca sua presença e por isso, precisa ser constantemente (e afetivamente) evocado. Além disso, o texto estabelece de forma automática a relação entre a urgência do enaltecimento do passado e a afirmação cultural da região. É justamente através das palavras alma, povo, espírito e filiação que se organiza o pertencimento local e a relação entre patrimônio e afirmação étnica.²⁹

O tom ríspido adotado pelo SIP na nota na defesa do mausoléu mobilizará ainda mais os leitores, que se apropriarão dos próprios argumentos em prol da construção, para questioná-la. É o caso da carta-manifesto de Hermann Fucks, intitulada *Cultura, as tradições e bom senso*. Nela, reage ao tom de irritação, e que isso só poderia ser entendido como “forma de tentar esconder a evidente fragilidade das razões para a transladação para a construção do mausoléu. Porque, se os motivos fossem mesmo ponderáveis, a nota deveria ter mantido um tom nobre e austero, compatível com a figura do homenageado.”³⁰ Em seguida, argumenta sobre o “respeito às tradições” e a homenagem às lojas maçônicas:

Mesmo à principal razão invocada, naquela nota oficial, para a transladação dos restos do fundador da nossa cidade, o ‘respeito às tradições’, contrapõe-se outra, inquestionavelmente de muito maior sentido e valor, ‘o culto às legítimas tradições teuto-brasileiras’: na Alemanha o Dr. Blumenau está prestando serviços mais importantes à divulgação do nosso município e do Brasil e ao fortalecimento da amizade entre as duas nações que poderá prestar aqui, mesmo instalado o mausoléu.

Porque então a prefeitura não quer, ou não pode, desistir da idéia? Isto o SI não soube explicar – e, no entanto, é o que realmente interessa mais ao povo saber. Porque, ao contrário do que os retóricos do SI andam apregoando, a idéia do mausoléu não foi uma iniciativa partida do próprio povo. Se fosse porque a homenagem às lojas maçônicas, sabidamente um grupo minoritário de cidadãos, em vez de uma homenagem, por exemplo, aos nossos clubes de serviço?³¹

A relação entre o executivo municipal, a maçonaria e o mausoléu, tornou-se pública somente a partir do texto publicado pelo SIP a pedido do executivo municipal, e que neste caso, é questionada pela carta de Hermann Fucks. No entanto, podemos dizer esta relação já se constituía há anos nas

reuniões das lojas maçônicas. No livro *Fraternidade: 50 anos de maçonaria em Blumenau*, através do acesso a atas e documentos das lojas maçônicas, Fernando Silva estabelece uma cronologia dos feitos da maçonaria e maçons na cidade de Blumenau. Dentre diversos eventos, coloca em destaque a participação no traslado dos restos mortais de H. Blumenau, demonstrando que se tratava de um tema fundamental entre os maçons do período. No capítulo *Depositários dos restos mortais do Dr. Blumenau*, narra que a urna com os restos “deixou o porto alemão de Hamburgo em 24 de julho de 1974, embarcada no navio “Graveland”, chegando no Brasil várias semanas antes de previsto, sendo ainda extraviada para a cidade de Porto Alegre”.³² José Gonçalves³³, maçom vinculado diretamente ao gabinete do prefeito Félix Theiss, teria sido o responsável por encontrar a urna com os restos mortais e escondê-la na Sociedade Beneficente Humanitas, trazendo-a à público somente no dia 2 de setembro, para inauguração do mausoléu. Após esta breve narrativa, Fernando Silva destaca os investimentos da maçonaria em atualizar a estreita relação entre o passado da cidade e esta instituição:

Além daquela incumbência, a loja Fraternidade Blumenauense também conseguiu que ficassem expostas no mausoléu as insígnias da Maçonaria. A notícia da aprovação da idéia, levantada pelo Ir. Baumgarten na reunião do dia 16 de novembro de 1973, foi trazida pelo Ir. José Augusto Nóbrega na reunião de 08 de março de 1974. Na sessão seguinte aos festejos, no dia 06 de setembro, foi anunciado em Loja que o escudo da Palmeira da Paz (em alusão a loja teuto-brasileira Zur Friedenspalme) já estava fixada sobre a lápide do Dr. Blumenau. Perpetua-se ali a prova irrefutável de que o Dr. Blumenau era maçom.³⁴

É preciso destacar que, neste caso, a prova desta relação é o próprio monumento, que atualiza o legado do morto ilustre para a cidade. Também neste sentido, Fernando Silva encerra, demonstrando o investimento da maçonaria na anual realização deste investimento, para que através do presente possa sacralizar esta relação com passado através das comemorações do aniversário da cidade. Segundo ele, “é uma tradição dos Iir. da Loja Fraternidade Blumenauense depositar todos os anos, uma coroa de flores no túmulo da família do Dr. Blumenau, sempre no dia 02 de setembro, data de fundação da cidade.”³⁵

Estes ritos corridos anualmente no frontispício do Mausoléu em homenagem à cidade e seu fundador mereceriam um estudo à parte. Por hora, podemos interpretá-los como representativos da permanente necessidade de atualização dos mecanismos de sacralização da memória ali evocada. Nos termos

de Agamben, poderíamos dizer que o mausoléu foi criado como dispositivo que separa a memória do mundo ordinário, através de sua sacralização.³⁶ Assim como na religião, a sacralização é a forma como as coisas são subtraídas do uso cotidiano das pessoas e elevadas a uma dimensão separada – e por sua vez, sagrada. Isto talvez nos ajude entender os significados de uma celebração que ao mesmo tempo comemora o nascimento e a morte da cidade e de seu fundador. Para Agamben, a atual musealização do mundo contemporâneo³⁷ indica a sacralização de potências espirituais que definem a vida humana – a arte, a religião, ideia de natureza e até mesmo a política – produzindo justamente uma impossibilidade de usar, de habitar, de fazer experiência destas potências. No entanto, neste caso, a sacralidade investida na construção do mausoléu, já em seu princípio, foi questionada através das profanações que foram expressas na coluna *Do Povo*.

CIDADE E MEMÓRIA

A carta de Bocaiúva e as que seguiram causaram constrangimento não somente ao executivo municipal, mas levará o debate também ao legislativo. Ao consultar o *clipping*³⁸ produzido pela câmara neste período, nota-se o destaque dado aos acontecimentos relativos a este tema na imprensa. Houve pelo menos duas sessões da Câmara de vereadores em que a carta de Bocaiúva e o traslado dos restos mortais estiveram no centro das discussões. Inclusive, foi a partir dos vereadores que se realizou uma verdadeira busca na cidade a respeito da identidade de Bocaiúva, permitindo que o vereador Álvaro Correia declarasse a carta como falsa.³⁹

No entanto, já no dia 12 de abril, desta vez no jornal *A Nação*, surge novo artigo assinado por Jorge Bocaiúva. Neste, o autor compara a construção do mausoléu para H. Blumenau com outros mausoléus erigidos no passado: ao Rei Mausolo em IV a.C, Mausoléu do Soldado Constitucionalista em São Paulo, Pantheon Nacional do Rio de Janeiro etc. Altera significativamente sua opinião, pois desta vez seu argumento é de que se comparado ao custo destes monumentos, a homenagem a H. Blumenau sairía por um valor modesto. No mesmo texto, compara os gastos com o mausoléu com os investimentos realizados na cidade para reafirmar seu baixo custo. Encerra seu texto da seguinte forma: “[...] olhando estes aspectos e, conhecendo agora os detalhes do modesto mausoléu que Blumenau quer erguer a memória, e para o abrigo, dos restos mortais, de seu fundador, [...] reconheço minha precipitação das críticas e dou a mão a palmatória ao apoiar incondicionalmente, a construção do mausoléu.”⁴⁰

No dia 16, Jorge Bocaiúva retorna à seção *Do Povo*, do Jornal de Santa Catarina, para responder as acusações de “mau blumenauense” feitas pelo SIP, confirmar sua própria existência e reafirmar suas posições a respeito do mausoléu. Segundo informa, dias após a sua primeira publicação, alguém fez uso de seu nome ao publicar uma carta no jornal *A Nação* justamente contradizendo todos seus argumentos da carta inicial. Além disso, em discussão na Câmara Vereadores havia declarado sua inexistência. Para desmentir esta afirmação, Bocaiúva recorre a informação de que teria outras publicações de textos em jornais e revistas (inclusive de expressão nacional).⁴¹Fundamentalmente, para Bocaiúva, ao invés de perder tempo em querer saber sua identidade, os administradores deveriam levar em conta seus argumentos.⁴²

Dois dias antes desta terceira carta de Bocaiúva, o próprio colunista Túlio Maraschino publicou um longo e irônico texto intitulado *Um é alugado*, onde retoma a discussão do mausoléu nas páginas do jornal. Maraschino inicia dizendo que “fique bem definido, desde logo para confirmar em expressão ligeira, e rasa, que há Bocaiúva e Bocaiúva.”⁴³ Insiste na suspeita de duas pessoas assinando com o nome de Jorge Bocaiúva:

[...] para configurar uma não menos estranha confusão, aparece um novo Bocaiúva, de pedigree manifestamente falsificado, a arrepender-se dos seus atos e atitudes, numa guinada de noventa graus, extravasando os seus pendores em carta e artigo publicados sexta feira em a Nação e de cujos textos – ainda que muito pobres de estilo (o próprio jornal declara ter notado a diferença) tiram-se números, cifras e outros guisados obviamente extraídos de uma fornada a que só determinadas pessoas teriam acesso.⁴⁴

Túlio Maraschino considerava-se interlocutor privilegiado desta discussão. No período era responsável pela coluna *Opinião* publicada diariamente no Jornal de Santa Catarina. Nestes meses, escreveu diversos textos em defesa do mausoléu, inclusive assumindo a autoria da proposta dada ao Lions Club para sua criação. No entanto, ao longo de seus posicionamentos, passa a ser questionado:

Num dos corredores da cidade – e como há corredores nesta cidade – as paredes surdas não resistiram à pressão dos gestos sorridentes e sarcásticos da população: - O Marasca ficou maluco. (já disseram isso de mim não poucas vezes). Largou no Lions a idéia de trazer os restos do morto e agora levanta barricadas de antagonismo.⁴⁵

Maraschino costumeiramente apresentava-se como entusiasta da exaltação da imigração alemã e de sua contribuição para o desenvolvimento.⁴⁶ No entanto, ao longo do processo torna-se um crítico da construção do mausoléu, pois para ele, ao invés de homenagear, sua construção perder-se-ia simplesmente em nome de uma atração turística.

Assim como na primeira carta de Bocaiúva, na grande maioria dos textos críticos à construção do Mausoléu, reside uma oposição centrada na necessidade de novas infra-estruturas e de criação de equipamentos urbanos. Nas décadas antecedentes à inauguração do Mausoléu, a cidade passará a investir em transformações urbanas centradas no transporte rodoviário, levando a canalização de ribeirões, construção de pontes e alargamento de vias. Na área central, foi preciso avançar sobre o leito do rio mediante o aterramento para a construção de nova estrada que passaria a ser conhecida como Avenida Beira-Rio.⁴⁷ O Rio Itajaí-Açu e os ribeirões que durante décadas foram celebrados como artérias de ligação entre as regiões da cidade, e que teriam sido justificativa na forma de distribuição dos lotes da antiga colônia,⁴⁸ neste período apresentaram-se como problemas a serem superados por uma nova estrutura urbana a ser construída. É sintomático que justamente no ano de 1974 estas mudanças tenham exigido do poder público uma normatização, feita através da criação do primeiro Plano Diretor de Blumenau.

Estas novas solicitações aparecem permanentemente nas reivindicações apresentadas pelos leitores do jornal. Ademar Gruber reclama por calçadas, iluminação e o término da Avenida Beira-Rio. Para ele, “de nada nos adianta morar numa mansão luxuosa, repleta de lustres históricos, de quadro de Picasso ou de di Cavalcanti, de tapetes persas, se nela as torneiras estão vazando, as portas estão caindo e o sistema elétrico interrompido.”⁴⁹ O operário, Frederico da Silva Filho, prioriza o tema da mobilidade urbana e solicita a publicação dos nomes dos vereadores que votaram a favor da construção do mausoléu:

Será que nossas autoridades pensam mesmo que podem erradicar a péssima impressão dada pelas ruas abandonadas em erguer um pagode para os restos mortais de nosso fundador? Sou operário da Cia Hering há 16 anos e, como muitos dos meus colegas, fui obrigado a largar a bicicleta e gastar meu dinheiro com ônibus, já que a prefeitura deixou a Rua Hermann Hering em completo abandono.⁵⁰

Durante o mês de abril, paralelamente à polêmica, a imprensa apresentava os dramas da enchente que ocorrera ainda no mês de março, causando grandes prejuízos à região.⁵¹ Em seu texto, Peter Grimm coloca em evidência esta questão, retomando o tema da tradição. Para ele, “não nos é lícito

construir uma obra santuário como esse mausoléu quando nem nos recuperamos ainda dos prejuízos que as enchentes e as enxurradas nos causaram. Muito menos em nome das tradições, quando as nossas legítimas tradições andam mal amparadas e especialmente mal abrigadas”.⁵²

Também para Hermann Fucks, se fosse feita uma pesquisa de opinião, ao invés do mausoléu, o povo preferiria “ruas pavimentadas, água potável, escolas, assistência social, estradas municipais, biblioteca, a nova prefeitura, ruas sem buraco, a avenida beira-rio, trânsito ordenado, iluminação pública, esgotos e canais, etc. Afinal de contas, *est modus in rebus*”.⁵³

O ARQUIVO COMO DISSENSO

Estes elementos apresentado acima parecem fundamentais, na medida que além de colocar em questão as necessidades urbanas de Blumenau, as notas esparsas, aos poucos introduzem o problema do arquivo e das relações entre cultura, tradição e história. Neste caso, não utilizaremos a palavra arquivo para pensar exclusivamente os espaços de conservação e preservação dos documentos para a história, mas sim, como o lugar do singular e do novo.⁵⁴ Nas palavras de Derrida, é necessário pensar o arquivo como um *talvez*, pois para ele, nada seria mais enganoso, e ingênuo do que acreditar que o arquivo seria constituído por uma massa documental fixa e congelada, tendo no passado a sua única referência temporal, sem que os registros do presente e do futuro estejam permanentemente operantes no processo de arquivamento. Por isso, para Derrida, o arquivo, não é um problema do passado, mas é sempre uma questão do futuro.⁵⁵ Aqui também neste caso, o arquivo será o elemento que proporcionará o dissenso na relação com o passado, materializando a disputa pelas possibilidades presentes de futuro.

Marcondes Marchetti dá continuidade à discussão sobre a legitimidade da homenagem a Hermann Blumenau. Mas desta vez atravessa os limites da questão do Mausoléu para colocar em discussão o estatuto da prova documental, que permitiria ver a defasagem entre a imagem projetada no homenageado e sua existência real, perguntando-se:

Verdadeiramente, quem foi tal personagem em vida?
Possuía realmente a grandeza mítica que se lhe atribui?
Quais eram suas opiniões pessoais sobre a colônia, sobre os colonos, sobre os brasileiros, sobre as autoridades de então, sobre os riscos que corriam os primeiros ingênuos que acreditavam nas maravilhas que se contavam na Alemanha sobre o Brasil, e que para aqui vieram crédulos?⁵⁶

Marchetti reivindica para si uma interpretação mais verdadeira do passado por ter acessado documentos que teriam sido escondidos pelos responsáveis por sua guarda e conservação. Segundo Marchetti, Hermann Blumenau teria uma opinião a respeito do Brasil que destoaria muito da imagem que então vinha sendo construída, e que “em suas cartas pessoais, não nas oficiais, estão registradas essas opiniões, mas lastimamente, os encarregados da guarda dessas cartas, há alguns anos, tiveram o cuidado de selecionar as que deveriam ser conservadas, e tendo o cuidado minucioso de queimar as comprometedoras.”⁵⁷ Em seguida, coloca em questão a autenticidade da cartamonumento, citada anteriormente, em que H. Blumenau manifesta seu desejo de ser enterrado em solo brasileiro. Este documento fora retirado do arquivo poucos meses antes e acabou transformado em placa de bronze, justificando a construção do mausoléu. Quanto a isto, Marchetti, argumenta da seguinte maneira:

Assim, uns poucos sabem que Hermann Blumenau nunca admitiu a possibilidade de descansar seus restos ‘neste país de índios e brasileiros’. Preferiu o retorno a sua modesta cidade na Alemanha que a companhia de tantos outros que para aqui atraíra. Estes então mereceriam primeiro um mausoléu. Aquele pode estar lastimando o destino que agora preparam para suas cinzas.⁵⁸

Encerra seu texto, sustentado que um dia esta verdade será revelada e “aqueles que procuram a verdade histórica, se não o sabiam, ficarão satisfeitos, e os mistificadores, estes sim jogarão as pedras da casa que começa a ruir.”⁵⁹

Ademar Hans Gruber manifesta interesse no que ele chama de novela Mausoléu para o Dr. Blumenau. Reconhece o merecimento da homenagem, mas questiona a representatividade da iniciativa da construção: “dizer também que a iniciativa partiu do povo é outra bobagem maior, pois o povo não deu credenciais de representação ao Lions ou outro clube de serviço.”⁶⁰ Em seguida, estabelece relação entre a iniciativa e a necessidade de afirmação da tradição: “dizer também que devemos respeitar a tradição é outra estória... tradição não paga dívidas, não enche barriga, não pavimenta estradas, não fornece energia, não repara a Avenida Beira Rio, não faz obras de infra-estrutura. Tradição é muito bom... acompanhada de uma alta conta bancária.”⁶¹ Encerra a carta ironizando: “mas, se não souberem voltar atrás neste momento e disserem que tudo o que foi escrito contra o mausoléu são palavras e nada mais do que palavras, provarão mais uma vez que ‘as *inguinorâncias atravancam os progréssio*’.”⁶²

Em meio a dezenas de cartas que reagiram criticamente à construção do Mausoléu, o engenheiro Juerjem Otto Berner⁶³ contrapõe de forma dura os argumentos de outros leitores que publicaram cartas na coluna nos dias anteriores. Retoma a honra das realizações como justificativa e apela para a biografia do fundador estabelecendo continuidade entre os críticos do colonizador e os críticos da construção do Mausoléu. Segundo Berner, “o Dr. Blumenau foi sacrificado por indivíduos absolutamente medíocres, que quiseram embarçar sua obra meritória, não há nenhuma dúvida, e muitas cartas por ele escritas demonstram isso. O que não se concebe é que ainda hoje haja indivíduos medíocres que não admitem a grandiosidade da obra por ele realizada.”⁶⁴ E continua: “quando o Dr. Blumenau voltou à Europa, já havia sido inimizado aqui pela mesma corja de medíocres, que sempre existiu e sempre invejou os grandes homens e suas realizações. Voltou porque não tinha mais emprego. Antes fora diretor da colônia.”⁶⁵ Encerra o texto, questionando a legitimidade das críticas à construção: “a idéia de construir um mausoléu brotou aqui. A iniciativa é blumenauense, do povo, por intermédio de seus representantes, os vereadores, e dos clubes de serviço. Não sei por que uma pessoa de fora de Blumenau se assiste no direito de opinar sobre um assunto que só a nós assiste.”⁶⁶ Nota-se que mesmo deslocada do restante das cartas enviadas para a seção, o texto de Berner recorre aos mesmos argumentos apresentados pelo SIP em sua nota de esclarecimentos.

No dia 19, Pedro da Silva afirma não ter nada contra a transladação dos restos mortais do fundador, mas de que a cidade teria outras prioridades. Sua carta responde diretamente à possibilidade de mesmo os não nascidos em Blumenau poderem debater as questões da cidade, pois segundo ele, “não pretendem deixar esta terra, como fez a esposa do Dr. Blumenau “que preferia a vida mais confortável numa cidade com gente de maior nível cultural (carta do engenheiro Berner na edição do dia 17).”⁶⁷

Se me dou o trabalho de escrever, é simplesmente para protestar contra essa gente do tipo desse engenheiro que pensa que só o blumenauense, isto é nascido aqui, é quem pode opinar sobre nossos problemas. Afinal, seu Juerjen, filho da terra o senhor sabe o que é? Simplesmente minhoca. Quem não nasceu aqui mas elegeu Blumenau para viver, trabalhar e contribuir para o progresso da coletividade é tão blumenauense como os primeiros que nasceram. Tem também o direito, e mais do que o direito, o dever de se imiscuir nas coisas de Blumenau, criticando construtivamente o que julgar desacertado. E trazer agora os restos mortais do fundador e de seus parentes, na minha

modesta opinião é inoportuno e extremamente dispendioso. E no final, quem irá pagar será o povo. E irá pagar mesmo, pois o discutido mausoléu já está sendo construído e todas as cartas a partir desta e de agora serão escritas por pura gozação. *Quid vobis videtur*.⁶⁸

Assim como Pedro Silva e diversos outros que se manifestaram, José de Souza escreve para a seção, afirmando não ter nada contra a homenagem feita para H. Blumenau. No entanto, manifesta achar válida a polêmica gerada a partir de sua construção. Para ele, no futuro outros prefeitos o estado buscando se promover politicamente, vou querer também construir mausoléus em suas cidades. Mas para isso, seria preciso “conseguir um fundador para sua cidade”. Em Souza, isto produziria um efeito na relação com a história local, pois “aí, pelo menos, espero finalmente farão pesquisas sobre a história da fundação do município, auxiliando para que desta maneira a história de Santa Catarina seja conhecida mais profundamente.”⁶⁹

No dia 23 de abril, Mathias Schroeder escreve a mais longa dentre todas as cartas publicadas. Em um texto rebuscado, inicia seu argumento de forma extremamente ponderada, na medida em que, para ele, após longas discussões, era o momento de uma leitura menos apaixonada do tema. Para Schroeder era preciso pensar objetivamente, serenamente e a longo prazo, pois se “tradição é cultura [...] quanto o mausoléu vai acrescentar à cultura blumenauense, agora e nas gerações futuras? Infelizmente nada – nem progresso, nem conforto, nem bem estar dos nossos munícipes.”⁷⁰ Schroeder pergunta se a construção do mausoléu é a única forma de respeito das tradições. De maneira que, se nos textos anteriores, o arquivo aparece enquanto possibilidade da história, permitindo a instabilidade das próprias interpretações, em Schroeder, o arquivo aparece enquanto instituição propriamente dita. Segundo ele, “o arquivo histórico municipal, depositário legal das nossas tradições funciona, no entanto, em condições precaríssimas e em instalações indignas do seu papel. Também nossa biblioteca municipal funciona em condições de grande penúria, embora seja uma fonte perene de ensinamentos, tradições e cultura de todo o povo.”⁷¹ Encerra seu texto, de forma interrogativa: “estimular o estudo da nossa herança cultural sob todos os aspectos para assim, perpetuá-la, não será porventura a forma mais digna de culto às tradições?”⁷²

Desenterrados de um arquivo, é sintomático ter em suas palavras justamente a reivindicação do próprio arquivo. Estas dezenas de cartas enviadas para a seção *Do Povo* questionam a sacralidade da história e não hesitam em profaná-la. Se a monumentalidade do Mausoléu produziu o silêncio pela subtração e apropriação dos sentidos do passado, foi através da reivindicação no arquivo que estes gestos investem em uma história marcada pelo dissenso

e não pela sua celebração. Hoje, em sua estrutura não há mais nada para dizer a este respeito, pois também estes sussurros só puderam ser ouvidos no silêncio do próprio arquivo.

Não se trata de dizer que a história de Bocaiúva é uma história melhor que aquela gravada na lápide de H. Blumenau. O que nos interessa não é tomar o arquivo como *a verdade*, mas nos apropriarmos naquilo que ele diz *da verdade*. Assim como no *Sabor do Arquivo* de Arlette Farge, “o que vê aí, nessas palavras esparsas, são elementos da realidade que, por sua aparição em um determinado momento histórico, produzem sentido. É sobre sua aparição que é preciso trabalhar, é nisso que se deve tentar decifrá-lo.”⁷³ A história que emerge a partir da carta de Bocaiúva não é simplesmente a história da imposição de uma memória. Não há vencedores e nem vencidos, pois não queremos voltar a uma história ressentida que entende o tempo como a continuidade da dominação em sua eterna confirmação. O que interessa neste artigo é demonstrar o aparecimento destas disputas como um acontecimento.

Nestes termos, o esbanjamento, a serenidade ou a austeridade deste monumento, e todos os significados que carrega consigo, estão marcados por estes debates, que colocam em jogo a possibilidade de afirmação das imagens da imigração, as quais viriam a estar cada vez mais presentes na cidade ao longo das décadas seguintes à inauguração. Os pequenos fragmentos, mesmo que dispersos, aqui trabalhados, compõem uma unidade que possibilita refletir sobre investimentos na memória e os usos do passado. Através deles, podemos iniciar algumas considerações que situam o Mausoléu para além de simples pretexto para uma contenda política, mas como um índice de relações entre arquivo, cidade e memória.

Primeiramente, o profundo investimento político na criação de lugares de memória como este, materializa localmente, transformações mais gerais - que na esteira de Hartog - chamaríamos de regime de historicidade baseado em um alargamento do presente e que busca sua estabilidade no passado. Trata-se de um presente que pretende se apresentar de forma onipresente e massiva como o único horizonte possível. O profundo investimento político na construção do mausoléu ilustra o aparecimento de uma concepção de tempo em que o presente é atormentado pela busca de suas raízes e pela permanente exigência da memória.⁷⁴

Além disso, o aparecimento deste monumento materializa uma nova relação entre cultura e política. Se durante os anos da nacionalização, a cultura regional foi apresentada como aquilo que precisava ser dissolvido, neste momento passa a ser elemento fundamental de reivindicação e constrói positividade na afirmação do regional. Esta relação produz uma concepção

de cultura que é entendida como a eterna confirmação da identidade. Assim, “a escrita da história deixa de ser o espaço em que a comunidade escreve as diferentes repetições de si mesma, para se transformar no local em que se manifestam os eternos traços de seus costumes, com suas festas-símbolos, paredes-símbolos e lugares-símbolo.”⁷⁵ O presente aparece com a constante necessidade de exaltação do passado e investimento em suas imagens.

Por último, é preciso ainda afirmar que o conflito como lugar de nascimento.⁷⁶ Por mais irrisório que seja, ou mesmo ritual, ele é uma fissura que problematiza outros lugares e coloca em dúvida os próprios investimentos do presente a respeito do passado. Assim como para Foucault, “o que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada da origem – é a discórdia entre as coisas, é o disparate”.⁷⁷ Neste caso, o conflito que se deu de forma pública e relativamente anônima, nos apresenta a instabilidade desta noção de memória, colocando em oposição à ela a escrita da história, submergindo a problemática do arquivo como possibilidade de promover dissenso nas leituras do passado. Por isso, mesmo que paradoxalmente, ao retomar o arquivo, Bocaiúva não tratava do passado, mas investia nas possibilidades de futuro. Esta querela política dá visibilidade para as disputas sobre a própria organização urbana e sua consequente visualidade. Esta cidade-evento, cidade espetáculo, cidade parque-temático⁷⁸, encontra em Bocaiúva sua diferença. Estes pequenos fragmentos são manifestos de uma urbanidade ainda a ser construída, mesmo que seus murmúrios viessem em grande parte a ser silenciados nas décadas seguintes.

NOTAS

¹ Nascido em *Hasselfelde* em 1819, Hermann Bruno Otto Blumenau foi fundador em 1850 de uma colônia particular no Vale do Itajaí em Santa Catarina. Mais tarde, em 1880, seu território viria a se constituir como o município chamado Blumenau. Inicialmente, a Colônia constituía-se como um empreendimento particular para assentamento de imigrantes. Mas já em 1860, H. Blumenau, vende-a para o governo imperial e torna-se administrador como funcionário do mesmo. Em 1884 retorna com sua família para a Alemanha, onde falece em 1899 e é sepultado na cidade de *Braunschweig*.

² Além de H. Blumenau, também estão enterrados no Mausoléu sua esposa Bertha Blumenau (1833-1877), sua filha Christine Blumenau (1870-1938) e Otto G. K. Blumenau (1874-1875). Sendo que as duas primeiras foram transladadas junto com os restos de H. Blumenau e o último, transferido do cemitério luterano da cidade em 1974. Posteriormente, em 1991, foram também transladados o neto de H. Blumenau, chamado Hermann Otto Georg Blumenau (1904-1983) e sua esposa Gertrud Charlotte Agnes Blumenau (1906-1988).

³ Esta carta teria sido escrita por Hermann Blumenau no dia 21 de setembro de 1884 endereçada ao Imperador D. Pedro II como forma de agradecimento. O seguinte fragmento da carta foi transformado em uma placa de destaque dentro do Mausoléu: “Retiro-me profundamente

comovido desta minha bela pátria adotiva em que passei os dias mais felizes como também os mais tristes de minha vida. Teria desejado deixar um dia minhas cinzas no torrão em que derramei muito suor, mas tenho de curvar-me aos ditames do destino.”

⁴ HUYSSSEN, Andreas. *Seduzidos pela memória*. 2. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004. 116 p.

⁵ HARTOG, François. Tempo e Patrimônio. *Vária História*. Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 261-273, jul/dez. 2006, p. 265.

⁶ SALOMON, Marlon. A Danação do arquivo: ensaio sobre a história e arte das políticas culturais. In: _____ (org). *Saber dos Arquivos*. Goiânia – GO: Edições Ricochete, 2011. p. 30.

⁷ VOIGT, André Fabiano. *A invenção do teuto-brasileiro*. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. p. 190.

⁸ JEUDY, Henri Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. p. 40.

⁹ Id. Ibid. p. 41.

¹⁰ Este subtítulo faz referência à carta publicada em 18 de abril de 1974 em que José Nogueira dos Campos afirma: “Depois de finda a novela “ossos do barão” parece que agora temos outra no ar: “os ossos do Dr. Blumenau” que muitos teimam em chamar de mausoléu”. Continua: “Os primeiros capítulos até que foram emocionantes mas, passados alguns dias, começou a se repetir tudo. E, que é pior, os artistas começaram a brigar entre si prejudicando o bom (?) andamento dos trabalhos”. Nogueira Campos faz referencia a novela “Ossos do Barão”, que foi uma telenovela produzida pela Rede Globo exibida às 22h, de 10 de outubro de 1973 à 31 de março de 1974. CAMPOS, José Nogueira dos. Uma nova novela. *Jornal de Santa Catarina*. 18 de abr. 1974. Do Povo, p. 2.

¹¹ Situado na Praça Hercílio Luz, o monumento foi inaugurado em 1903 originalmente em memória a H. Blumenau. No entanto, após a inauguração da estátua de H. Blumenau em 1940, este monumento passou a ser identificado como Monumento aos primeiros imigrantes que chegaram à Colônia Blumenau. Sobre isso ver: FROTSCHER, Meri. Mãos que esculpem a memória no espaço urbano: investimentos em monumentos em Blumenau na primeira metade do século XX. In: RAMPINELLI, Waldir José. *História e poder: a reprodução das elites em Santa Catarina*. Florianópolis: Insular, 2003. p. 105-130.

¹² Para conhecer maiores detalhes a este respeito ver: NICOCELI, Vanessa. *O Retorno do Colonizador: representações da memória no traslado dos restos mortais de Hermann Blumenau e a construção do Mausoléu Dr. Blumenau*. Trabalho de Conclusão de Curso. FURB. 2009. 84 f.

¹³ Além das imagens fotográficas registradas por Orestes Araújo e publicadas nos jornais da região, há o registro em vídeo produzido pelo cineasta amador Willy Sievert em um dos seus ‘Blumenau Jornal’.

¹⁴ *JORNAL DE SANTA CATARINA*. 3 set. 1974. Ponto de Vista. p. 9.

¹⁵ Id. Ibid.

¹⁶ Felix Cristiano Theiss foi prefeito municipal de Blumenau pelo MDB de 1973 a 1977.

¹⁷ BOCAIUVA, Jorge. Mausoléu para quê? *Jornal de Santa Catarina*. Blumenau. 31 mar. 1974.

Do Povo, p. 2.

¹⁸ Id. Ibid.

¹⁹ Id. Ibid.

²⁰ Id. Ibid.

²¹ José Ferreira da Silva (1897-1973) foi jornalista, historiador e político nascido em Tijucas. Inicialmente membro da Ação Integralista Brasileira, acaba tornando-se prefeito interventor na cidade de Blumenau entre 1938 e 1941. Tornou-se historiador reconhecido na região através da criação da Revista Blumenau em Cadernos em 1957 e a publicação de livros sobre história regional. Sobre isso ver SILVA, Carla Fernanda da. *Grafiás da luz: a narrativa visual sobre a cidade na Revista Blumenau em Cadernos*. Blumenau (SC): Edifurb, 2009.

²² SERVIÇO DE IMPRENSA DA PREFEITURA DE BLUMENAU. Por que construir o mausoléu? *Jornal de Santa Catarina*. p. 4. 05 abr. 1974.

²³ Id. Ibid.

²⁴ Id. Ibid.

²⁵ Id. Ibid.

²⁶ Id. Ibid.

²⁷ Id. Ibid.

²⁸ Id. Ibid.

²⁹ Henry Pierre-Jeudy em seu “Espelhos da Cidade” já questionou a respeito deste inconveniente da seguinte maneira: “Seria decerto inconveniente imaginar que o que é designado como limpeza étnica passar ter qualquer relação com a preservação patrimonial das identidades culturais”. JEUDY, op. cit., p. 41.

³⁰ FUCKS, Hermann. Culto as tradições e bom senso. *Jornal de Santa Catarina*. 10 abr. 1974. Do Povo, p. 2.

³¹ Id. Ibid.

³² SILVA, Fernando Henrique Becker. *Fraternidade: 50 anos de maçonaria em Blumenau*. Blumenau: Nova Letra, 2003. p. 97.

³³ José Gonçalves (1919 - 2010) foi jornalista e autor de diversos livros de literatura e memórias. No ano de 1974 era funcionário do gabinete de Felix Theiss. Atuou em diversos meios de comunicação e entre 1977 e 1991 foi Diretor da Fundação Casa Dr. Blumenau e editor da Revista Blumenau em Cadernos.

³⁴ SILVA, Fernando, op. cit., p. 98.

³⁵ Id. Ibid. p. 98.

³⁶ AGAMBEN, Giorgio. *Profanações*. São Paulo (SP): Boitempo, 2007.

³⁷ Em “Profanações”, Agamben desenvolve longamente esta relação entre museu e sacralização da vida, mas que neste caso, optamos por não inserir no corpo do texto, mas indicar nesta nota de rodapé. Para Agamben: “Por essa razão, no Museu, a analogia entre capitalismo e religião se torna evidente. O Museu ocupa exatamente o espaço e a função em outro tempo reservados ao Templo como lugar do sacrifício. Aos fiéis no Templo — ou aos peregrinos que percorriam

a terra de Templo em Templo, de santuário em santuário — correspondem hoje os turistas, que viajam sem trégua num mundo estranhado em Museu. Mas enquanto os fiéis e os peregrinos participavam, no final, de um sacrifício que, separando a vítima na esfera sagrada, restabelecia as justas relações entre o divino e o humano, os turistas celebram, sobre a sua própria pessoa, um ato sacrificial que consiste na angustiante experiência da destruição de todo possível uso. Se os cristãos eram "peregrinos", ou seja, estrangeiros sobre a terra, porque sabiam que tinham no céu a sua pátria, os adeptos do novo culto capitalista não têm pátria alguma, porque residem na forma pura da separação. Aonde quer que vão, eles encontrarão, multiplicada e elevada ao extremo, a própria impossibilidade de habitar, que haviam conhecido nas suas casas e nas suas cidades, a própria incapacidade de usar, que haviam experimentado nos supermercados, nos *shopping centers* e nos espetáculos televisivos. Por isso, enquanto representa o culto e o altar central da religião capitalista, o turismo é atualmente a primeira indústria do mundo, que atinge anualmente mais de 650 milhões de homens." Id. Ibid. p.73-74.

³⁸ Intitulado "Material publicado pela Imprensa", tratava-se de um serviço de arquivamento das matérias jornalísticas relacionada com a Câmara Municipal produzido por sua assessoria de imprensa. Atualmente, este acervo está disponível para consulta no Arquivo Histórico José Ferreira da Silva em Blumenau.

³⁹ O artigo publicado no jornal a Nação e selecionado pela assessoria de imprensa da câmara aborda a questão da seguinte forma: "De acordo com o que foi solicitado pelo Vereador Álvaro Correia, a presidência da Câmara Municipal de Vereadores, na última reunião, fez cientificar que a Secretaria da Casa Legislativa, em investigações feitas, constatou não existir na Rua Hermann Hering, a casa n. 23 e muito menos, junto aos cartórios da cidade o reconhecimento da firma da assinatura de Jorge Bocaiúva [...]. Tais informações, realmente fazem crer como conclusão óbvia, ululante e lógica, que o referido missivista, realmente não existe". VEREADOR ALVARO CORREIA REPUDIÁ CARTA FALSA. Jornal A Nação. Material Publicado pela Imprensa abril de 1974. *Assessoria de Imprensa da Câmara Municipal de Blumenau*. Arquivo Histórico José Ferreira da Silva.

⁴⁰ BOCAIÚVA, Jorge. Mausoléu Modesto e de Baixo Custo. *Jornal A Nação*. 12 abr. 1974.

⁴¹ Dias antes, Maraschino publica em sua coluna o artigo: "Bocaiúva existe sim", onde afirma "Perplexos os legisladores da nossa colenda casa legislativa receberam o informe oficial da presidência de que o senhor Bocaiúva, por mais que o procurassem - Tatutiba por tatutiba – não só não existe como, além do mais, negam-lhe a firma todos os cartórios da praça. [...] Coincidentemente, para infelicidade do vereador Correia, circulava ontem a Revista Veja, que em matéria de conceitos e critérios jornalísticos deve estar bem mais autorizada a nos dar conselhos que o líder do governo na Câmara Municipal de Blumenau. Pois reparem o que vem ao pé da página da seção de cartas, assinado pelo nosso misterioso personagem senhor Jorge Bocaiúva" MARASCHINO, Túlio. Bocaiúva existe sim. *Jornal de Santa Catarina*. 11 e 12 abr. 1974. Opinião e Política. p. 9.

⁴² BOCAIÚVA, Jorge. Esclarecimento. *Jornal de Santa Catarina*. Blumenau. 16 abr. 1974. Do Povo, p. 2.

⁴³ Id. Ibid.

⁴⁴ Id. Ibid.

⁴⁵ MARASCHINO, Túlio. Da idéia ao mausoléu. *Jornal de Santa Catarina*. 06 abr. 1974. Opinião e Política, p. 9.

⁴⁶ MARASCHINO, Túlio. *Jornal de Santa Catarina*. 25 jul.1974. Opinião e Política. p. 9.

⁴⁷ Avenida Presidente Castelo Branco, popularmente conhecida como Avenida Beira Rio, foi uma obra de grande envergadura que já vinha sendo construída por governos anteriores a Félix Theiss. Esta obra alterará significativamente o centro da cidade e sua relação com o Rio Itajaí-Açu.

⁴⁸ Sobre isso ver: SIEBERT, Cláudia. A evolução Urbana de Blumenau: a cidade se forma (1850-1938). In: THEIS, Ivo. M.; MATTHEDI, Marcos.; TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. (org). *Nosso Passado In Comum*. – Blumenau: Furb: Ed. Cultura e Movimento, 2000. p. 181-185.

⁴⁹ GRUBER, Ademar Hans. Mausoléu para quê? *Jornal de Santa Catarina*. 09 abr. 1974. Do Povo, p. 2.

⁵⁰ SILVA FILHO, Frederico da. Mausoléu para quê? *Jornal de Santa Catarina*. 09 abr. 1974. Do Povo, p. 2.

⁵¹ Dentre as diversas reportagens e artigos sobre o tema, destaco a permanência da questão dos chamados “flagelados”: “Os ratos, os pernilongos, os morcegos e a chuva (além de alguns cachorros) que entram pelos furos do telhado de zinco e pelas aberturas existentes entre as paredes e o teto, continuam sendo os únicos companheiros das 7 famílias da rua Pedro Krauss, alojadas no Pavilhão B da Proeb, desde a tromba d’água que caiu sobre Blumenau no último 11 de março. As condições de instalações destas famílias são precárias e até agora as promessas de auxílio não foram cumpridas”. O DRAMA DOS FLAGELADOS ESQUECIDOS DE BLUMENAU. *Jornal de Santa Catarina*. 5 abr.1974.

⁵² GRIMM, Peter. Mausoléu para que? *Jornal de Santa Catarina*. 28 e 29 abr. 1974. Do Povo. p. 2.

⁵³ FUCKS, Hermann. Culto as tradições e bom senso. *Jornal de Santa Catarina*. 10 abr. 1974. Do Povo, p. 2.

⁵⁴ SALOMON, op. cit., p. 34.

⁵⁵ DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2001. p. 51.

⁵⁶ MARCHETTI, Marcondes. Mausoléu pra quê? *Jornal de Santa Catarina*. Blumenau. 07 e 8 abr. 1974. Do Povo, p. 2.

⁵⁷ Id. Ibid.

⁵⁸ Id. Ibid.

⁵⁹ Id. Ibid.

⁶⁰ GRUBER, op. cit., p. 2.

⁶¹ Id. Ibid.

⁶² Id. Ibid.

⁶³ Provavelmente há um problema na grafia impressa no jornal. Ao invés de Juerjem Otto Berner deve tratar-se do engenheiro químico JÜRGEN OTTO BERNER (<http://www.afsc.org.br>). Optamos em manter a grafia conforme publicada no Jornal de Santa Catarina do dia 17 de abril de 1974.

⁶⁴ BERNER, Juerjem Otto. Ainda o Mausoléu. *Jornal de Santa Catarina*. 17 abr. 1974. Do Povo, p. 2.

⁶⁵ Id. Ibid.

⁶⁶ Id. Ibid.

⁶⁷ SILVA, Pedro. Mausoléu para quê? *Jornal de Santa Catarina*. 19 abr. 1974. Do Povo, p. 2.

⁶⁸ Id. Ibid.

⁶⁹ SOUZA, José. Mausoléus. *Jornal de Santa Catarina*. 14 e 15 abr. 1974. Do Povo. p.2.

⁷⁰ SCHROEDER, Mathias. Mausoléu. *Jornal de Santa Catarina*. 23 abr 1974. Do Povo. p. 2.

⁷¹ Id. Ibid.

⁷² Id. Ibid.

⁷³ FARGE, Arlete. *O Sabor dos Arquivos*. Edusp. 2009. p. 5

⁷⁴ GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Representação e Escrita da História. *Anais do Museu Paulista*. v. 15. n. 2. jul.-dez. 2007. p. 17.

⁷⁵ SALOMON, op. cit., p. 32.

⁷⁶ FARGE, op. cit., p. 49.

⁷⁷ FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, a genealogia e a história*. In: _____. *Microfísica do poder*. 21. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2005. p. 17.

⁷⁸ Sobre isso ver FLORES, Maria Bernadete Ramos. *Oktoberfest: turismo, festa e cultura na estação do chopp*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1997. 188 p. e FLORES, Maria Bernadete Ramos; CAMPOS, Emerson César de. Carrosséis urbanos: da racionalidade moderna ao pluralismo temático (ou territorialidades contemporâneas), In: *Revista Brasileira de História*. ANPUH, São Paulo, v. 27, n. 53, 2007.